



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

Neuton Calebe Vaipão Ndili

Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da
Barragem Norte

TI Ibirama Laklãnõ
Fevereiro, 2015

Neuton Calebe Vaipão Ndili

Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da Barragem Norte

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Graduação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Terminalidade Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti

TI Ibirama Laklãnõ
Fevereiro, 2015

Neuton Calebe Vaipão Ndili

Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da
Barragem Norte

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao
Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da
Mata Atlântica, na Terminalidade Humanidades, como
requisito parcial para obtenção do título de graduado em
Licenciatura Intercultural.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti (orientador)

Prof. Dra. Rosemy da Silva Nascimento

Prof. Dra. Maria Dorothea Post Darella



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 11 horas, na TI Terra Indígena Xokleng Lakãñõ, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor Orientador, **Clovis Antonio Brighenti** e Presidente, Professora **Rosemy da Silva Nascimento**, Titular da Banca, e Professoara **Maria Dorothea Post Darella**, Suplente, designados pela Portaria nº 30/HST/2015 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Neuton Calebe Vaipão Ndili**, subordinado ao título: "Mudanças Socioambientais na Comunidade Xokleng Lakãñõ a partir da Construção da Barragem Norte". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Clovis Antonio Brighenti**, a nota final 9..., da Professora **Rosemy da Silva Nascimento**, a nota final 9..., e da Professora **Maria Dorothea Post Darella**, a nota final 9...; sendo aprovado com a nota final 9.... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Terra Indígena Ibirama Lakãñõ, 10 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Prof.

Candidato



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÉNTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Neuton Calebe Vaipão Ndili, matrícula n.º 11100091, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Mudanças Socioambientais na Comunidade Xokleng Lakânô a partir da Construção da Barragem Norte, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 19 de março de 2015.

Orientador(a)

Dedicatória

A minha família por ter tolerado a minha ausências nos meus estudos e pesquisa em casa. A meus queridos filhos, Djenison Văjeky, Nadson Txu, Neila Paklő, Neuton Vonble Junior e Nathany Miria Kagzy.

Dedico a meus queridos e sempre professores mestres nos ensinamentos da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC.

Agradecimento

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me dado força e coragem para concluir este curso. A todos meus colegas e professores mestres e a coordenação do curso de Licenciatura Intercultural. A minha família por ter me dado apoio e incentivo, meu grande herói meu pai, Vomble Ndili (in memoriam) por me incentivar materialmente e ter me ajudado a superar as lutas e barreiras da vida.

Resumo

O presente trabalho intitulado *Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da Barragem Norte* é uma análise do contexto da construção da Barragem Norte (BN) na década de 1970 e as consequências para o povo Xokleng Laklãnõ. Verificamos que a Terra Indígena Xokleng foi demarcada em 1987 pela Funai, com um pequeno espaço de terra espremido meio à ocupação não indígena que limitou ao máximo o território Xokleng que se estendia ao longo da Serra do Mar na região sul do Brasil. Verificamos que em 1997 outro estudo foi encomendado pela Funai para rever os limites da área buscando retomar o antigo espaço reservado para o povo Xokleng. Desde a década de 1970 que a Barragem Norte vinha sendo discutida e foi consolidada em várias etapas. Porém, ainda hoje apenas foram cumpridas pequenas promessas pelo governo federal de todas as compensações previstas pelo impacto da barragem. No transcurso dos movimentos nossa comunidade reivindicou a devolução da área reservada em 1926. A área está em litígio, ou seja, ainda não pode ser ocupada pelas famílias Xokleng por falta da desintrusão, que é retirar as famílias de não indígena que ainda ocupam nossa área. Também falta o cumprimento das medidas previstas no Protocolo de Intenção firmado na década de 1980. Nesses mais de mais de 30 anos os impactos são cumulativos e geram reação em cadeia, necessitando estudos gerais sobre as implicações que a barragem provocou ao nosso povo. Abordaremos as “greves” feitas pela comunidade no decorrer desses anos e a que está ocorrendo no momento que estamos elaborando nossa monografia, todas com a finalidade de fazer cumprir a lei.

Palavras-chave: Greve, Barragem Norte, Terras

SUMÁRIO

Resumo-----	06
Apresentação -----	09
 CAPÍTULO 1. RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA-----	11
1.1 Históricos do povo Xokleng/ Laklãnõ-----	11
1.2 A formação das Aldeias -----	18
1.2.1 Aldeia Figueira-----	19
1.2.2 Aldeia Coqueiro-----	20
1.2.3 Aldeia Toldo-----	20
1.3 Como vivem as famílias destas comunidades-----	21
 CAPÍTULO 2. A BARRAGEM NORTE-----	23
2.1 A construção da Barragem Norte no Alto Vale do Itajaí-----	23
2.2 Mudanças ambientais da Terra indígena Laklãnõ-----	24
2.3 Consequência das cheias na comunidade Laklãnõ -----	27
2.4 Aldeias em risco de desaparecer do mapa-----	27
 CAPÍTULO 3. LUTA POR DIREITOS-----	33
3.1 Greves-----	33
3.2 Desrespeito do Estado-----	36
3.3 Comunidade como protagonista-----	38
 Considerações Finais-----	41
Bibliografia-----	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa da região sul do Brasil com destaque para o Território Histórico dos Xokleng	11
Figura 02	Localização dos subgrupos Xokleng em Santa Catarina	12
Figura 03	Vista da TI Xokleng Laklãnõ a partir do <i>Google Earth</i>	15
Figura 04	Mapa da TI Ibirama – Laklãnõ.....	16
Figura 05	Vista da barra do rio Platê. Aos fundos a aldeia Sede, onde localizava-se o antigo Posto Indígena.....	18
Figura 06	Greve pela demarcação da terra.....	24
Figura 07	Deslizamento de terra em consequência da chuva e acúmulo de água na bacia da Barragem Norte.....	25
Figura 08	Carro de atendimento à saúde sem conseguir acessar a aldeia Toldo devido a água represada.....	26
Figura 09	Os deslizamentos de terra aumentaram consideravelmente devido à sazonalidade do lago.....	28
Figura 10	Terreno cedendo por conta da instabilidade do solo. Casa do Sr. Antonio Caxias Popó.....	29
Figura 11	Rachadura na casa provocada pela instabilidade do solo.....	29
Figura 12	Após a baixa das águas resta a comunidade um lago lamacento e podre.....	31
Figura 13	Antiga casa do chefe de Posto Eduardo. Hoje sujeita as inundações	31
Figura 14	Acampamento sendo erguido na Barragem Norte.....	34
Figura 15	Acampamento na Barragem Norte.....	35
Figura 16	Greve pela demarcação da terra.....	36
Figura 17	Greve. Acampados nas margens do lago.....	39
Figura 18	Vista da enchente fevereiro de 2013, da aldeia Palmeirinha a aldeia Figueira.....	39

Apresentação

Este trabalho de conclusão de curso que desenvolvemos na qualidade de estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica tem por título, *Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da Barragem Norte*.

Trata-se de um processo próprio de aprendizagem que pretende ser um espaço para um conhecimento de territorialidade e para a reivindicação de direitos com autonomia. O trabalho foi desenvolvido em três comunidades, Aldeia Coqueiro, Aldeia Figueira e Aldeia Toldo, pois na atualidade são essas as comunidades que vem sofrendo mais com enchentes e impactos ambientais e para entrevista escolhi duas famílias Laklãnõ.

O objetivo é apresentar dados coletados a partir das pesquisas realizadas nas três aldeias. Serão apresentadas fotografias da localidade da Barragem Norte, de enchentes, de greves além de relatos transcritos, para possibilitar melhor entendimento do contexto. Através deste trabalho será possível entender um pouco dos nossos anseios, reivindicações e história do povo Xokleng que vive em Santa Catarina e com isto contribuir para a efetivação da Constituição Federal de 1988 (Art. 231 e 232).

O presente trabalho visa registrar e divulgar a forma como se processam os momentos sociais ambientais na T.I Laklãnõ, os avanços e as dificuldades enfrentadas. Tem o intuito de levar ao conhecimento da sociedade não indígena algumas particularidades e sofrimentos do povo Laklãnõ. A partir deste material é possível despertar o interesse e a curiosidade para aprofundar e tornar possível a pesquisa histórica, compreender as consequências das cheias na terra indígena Laklãnõ e apresentar os principais pontos pesquisados na comunidade que identificam a história das enchentes no local, o povo, a terra o modo de vida e o modo de pensar e viver na aldeia.

Também analisamos o movimento da comunidade, que chamamos de “greve”, e perceber toda a luta de nosso povo pela indenização e reparação de todos os prejuízos sofridos ao longo desses quarenta anos.

Nosso trabalho está organizado em três partes:

Na primeira parte iniciaremos contando um pouco da história do nosso povo, a criação da “reserva”, as reduções da área reservada e a demarcação da Terra Indígena.

Na segunda parte faremos uma análise da Barragem Norte, compreendendo os principais problemas que ela causou. Contaremos um pouco da história de sua construção e os

impactos até hoje sobre a comunidade, o período de sua construção no contexto da ditadura militar e da tutela em que a comunidade não foi ouvida e respeitada.

Na terceira parte faremos uma análise das diversas greves de nosso povo, as greves, os acampamentos, compreendendo aquilo que chamamos de protagonismo, o nosso povo lutando pelos direitos.

Nossa pesquisa busca rever estes dados para que se esclareçam através das histórias contadas pelos anciões da terra indígena. Em meio à decadência ocorrida o povo se dividiu em várias comunidades ou aldeia e cada aldeia tem sua organização política, econômica e sustentável. Após o ano de 1988 a Constituição Federal ofereceu oportunidade para que os indígenas discutissem as questões de seus interesses diretamente com a sociedade não indígena.

CAPÍTULO 1. RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA

1.1 Históricos do povo Xokleng/ Laklãnõ

O grupo étnico Xokleng Laklãnõ que hoje habita no Alto Vale do Itajaí pertence à família linguística Jê do tronco linguístico Macro-jê. No passado essa população ocupava todo o território compreendido entre o litoral e o planalto tendo como limite norte as atuais cidades de Paranaguá e Curitiba no Paraná e limite sul a cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Ao nordeste dominavam as florestas que chegavam até o rio Iguaçu e os campos de Palmas, conforme figura 01. Este povo, também ficou conhecido como Ishokleng, bugre, botocudos, xokrén, xokre, awéikoma-kaingang, kaingang de Santa Catarina. Todos esses nome foram colocados pelos brancos de modo pejorativo.

Figura 1: Mapa da região sul do Brasil com destaque para o Território Histórico dos Xokleng

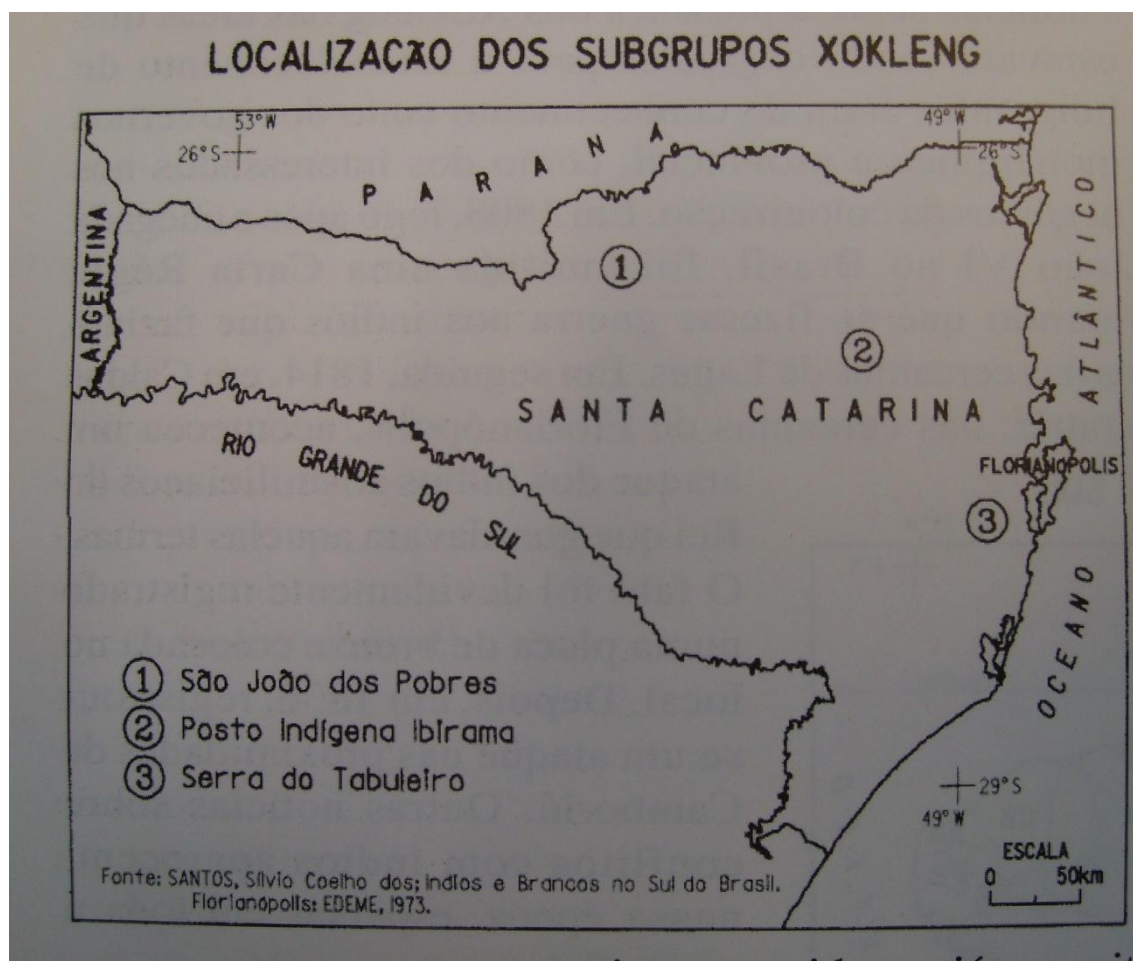


Fonte: Brighenti, 2012a, p.56

Segundo Urban (1978), antes do contato interétnico entre Xokleng e brancos, havia dois grupos: Waikomang (Vãnhkomãg) e Kãnhre (Kanhle), que deram origem a três facções,

conforme figura 02: Angyidn, Ngroko-thitô-prêy e Rakranõ (Agdjín, GlókózyTõPléj e Laklãnõ respectivamente). Este último constitui o grupo Xokleng que atualmente reside na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ. Esse nome com que nos identificamos, passou a ser usado oficialmente por ocasião da demarcação de nossa terra a partir de 1998, quando a comunidade se reuniu e decidiu que não aceitava mais o nome dado por gente de fora, sempre errado. Depois disso o nome foi incorporado na nossa terra e na escola, que passou a ser chamada Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ. Para nosso povo esse processo foi importante porque ele marcou um momento de recuperação de nossa autonomia. Apesar de ainda não estar totalmente incorporado pela comunidade, já passou a ser uso comum na escola e em outros setores da comunidade.

Figura 2: Localização dos subgrupos Xokleng em Santa Catarina



Fonte: Santos, 1997, p.24.

A Terra Indígena (TI) Xokleng Laklãnõ está localizada nos municípios de Vitor Meirelles, Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Mafra¹.

O território indígena sofreu sucessivos recortes em diferentes momentos, fruto de diversas invasões de não indígenas. As principais invasões ocorreram em nosso território a partir de 1850 com a instalação a colônia Blumenau. Foram muitas invasões e mortes. O governo brasileiro não respeitou nosso povo. Nossos antigos lutaram muito para defender nosso território. A memória deles confirma que foi uma árdua luta até que conseguiram estabelecer a paz em 1914. Só que a paz já estava condicionada à redução de nosso território. Na verdade foi uma mentira, porque a “pacificação” foi para que nosso povo parasse de lutar contra os invasores. Restou para nós uma pequena terra, reservada em 1926 (Decreto nº 15, de 03 de abril de 1926) pelo governo do estado de Santa Catarina, com cerca de 40 mil hectares. Mas esses limites também não foram respeitados e a terra reservada foi sendo invadida constantemente. Segundo o relatório de identificação de nossa terra, produzida pela equipe técnica coordenada pelo antropólogo Walmir Pereira, o chefe do posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) teve participação ativa na redução:

Do estudo realizado na documentação existente, fica evidenciado que Eduardo Hoerhan, o próprio chefe de posto do SPI, buscando assegurar para si a propriedade de uma área de terras, usou de meios ilícitos para isto, retirando da parte reservada pelo estado aos indígenas (Cf. Dec 15/26), uma área de 275 hectares e encaminhando o registro em seu nome próprio (PEREIRA, 1998, p. 63).

Nossos velhos também lembram que o chefe do Posto do SPI, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann negociou nossa terra com a empresa madeireira Leopoldo Zarling. Na memória do nosso sábio Vaichu Cuzung (1998, p. 51): “(...) Eduardo roubou, vendeu a terra da Varaneira pra cá. Ali na Serra da Abelha ele vendeu tudo, foi pro Leopoldo Salem [Zarling]”. Nosso outro sábio Alfredo Patté (1998, p. 51) lembra que: “O SPI e o Eduardo venderam a madeira pra esta companhia, esta firma Leopoldo Salem [Zarling]. Então depois os próprios trabalhadores que trabalhavam aí, invadiram. Mas os primeiros negócios foram a venda da madeira”. Na região do alto vale o Eduardo de Lima e Silva Hoerhann era temido por muita gente, seja indígena ou não indígena. Ele detinha muitos poderes e usava a força para impor suas vontades. São comuns relatos de repressão e agressão contra quem ousasse

¹ Nos casos de Mafra e Itaiópolis nossa TI apenas incide sobre o limite territorial daqueles municípios, porque concretamente nossas comunidades não mantêm relação com as instâncias administrativas, políticas ou sociais daqueles municípios. Basicamente mantivemos relações com os municípios de José Boiteux, Vitor Meireles e Dr. Pedrinho.

questionar seu poder, por isso a afirmação de nossos velhos de que ele teria vendido a terra tem amplo amparo nas informações históricas.

Em 1952, o SPI e o governo do estado de Santa Catarina fizeram um acordo pra reduzir as terras indígenas em SC (BRIGHENTI, 2012). Da nossa terra retiraram os seis (6) mil hectares na localidade da Barra da Prata; oficializaram a invasão de Leopoldo Zarling e as terras invadidas na região do Bom Sucesso. De acordo com Clovis Brighenti:

Nesse acordo, ficou reservado aos Xokleng menos da metade das terras de 1926. Mesmo assim, em 1962, um empresário de Ibirama, interessado na madeira nobre que havia na TI, organizou uma invasão de agricultores na Terra. Mais de 300 famílias invadem a terra Xokleng com objetivo de cultivar a terra e vender a madeira nativa ao empresário. Ocorre que nesse momento os Xokleng já haviam rompido, ainda que timidamente, o controle exercido pelo SPI, e decidem buscar ajuda junto ao governo do estado de Santa Catarina. Deslocam-se a pé, até Florianópolis, para denunciar a invasão. Foi necessária a presença do exército para retirar essas famílias de agricultores. (BRIGHENTI, 2012, p.269)

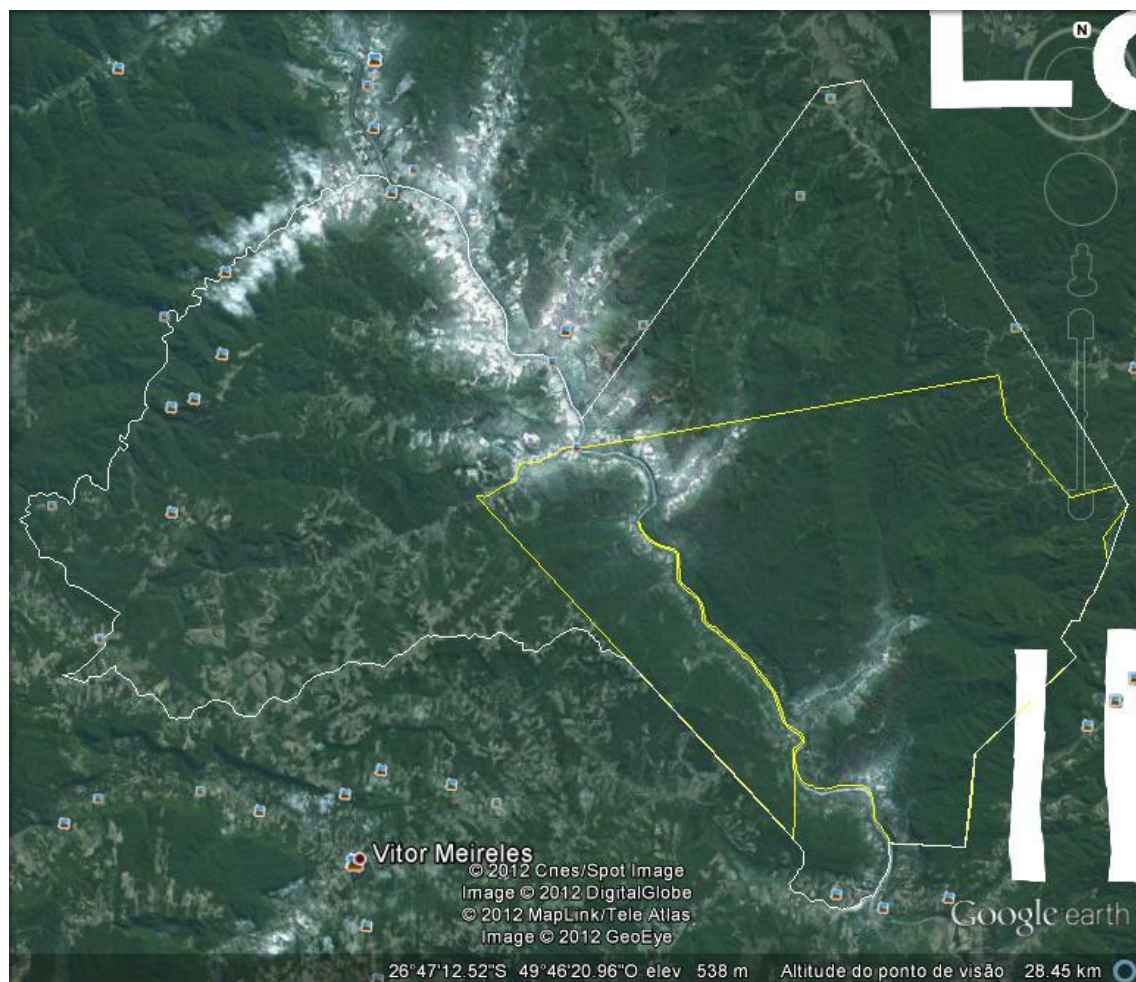
Devido a esse acordo o SPI fez uma medição, em 1956, e foi efetivada uma área de 14.156 ha. No ano de 1995, membros de nossa comunidade entraram em conflito com não indígenas na região da Palmeirinha, quando estes estavam colhendo palmito. Esse conflito foi o estopim para iniciar a revisão dos limites da terra. Exigiram da Funai a criação de um Grupo Técnico para proceder estudos antropológicos, históricos, ambientais e cartográficos no sentido de identificar a terra reservada em 1926. Portanto, o Grupo de Trabalho foi criado a partir da mobilização da própria comunidade. Ocuparam e criaram a aldeia dando o nome Palmeirinha por ter muitas plantações de palmeiras. Nesse ano as comunidades de todas as aldeias acamparam na beira do rio e aos poucos foram ocupando o espaço dos não indígenas, porque não queriam perder a mais o que já haviam perdido.

O estudo iniciou em 1998 e concluiu que nossa comunidade tem o direito a uma terra bem maior, com tamanho de 37.108 hectares² conforme demonstra o mapa da Figura 4.

A figura 3, extraída do *Google Earth* nos dá uma mostra dos limites da TI Xokleng Laklãnõ. O destaque em amarelo é a terra que representa os 14.156 ha e o destaque em branco juntamente com o amarelo compõe os 37.108 ha.

² A Terra foi Declarada em 2003. Devido a um processo judicial que tramita no STF (ACO 1100) ainda não está decidida se a terra será mesmo devolvida. De todo modo, a Funai poderia concluir a demarcação, porque a Portaria declaratória do MJ não está suspensa, mas devido a acordos políticos a Funai não quer reiniciar a demarcação.

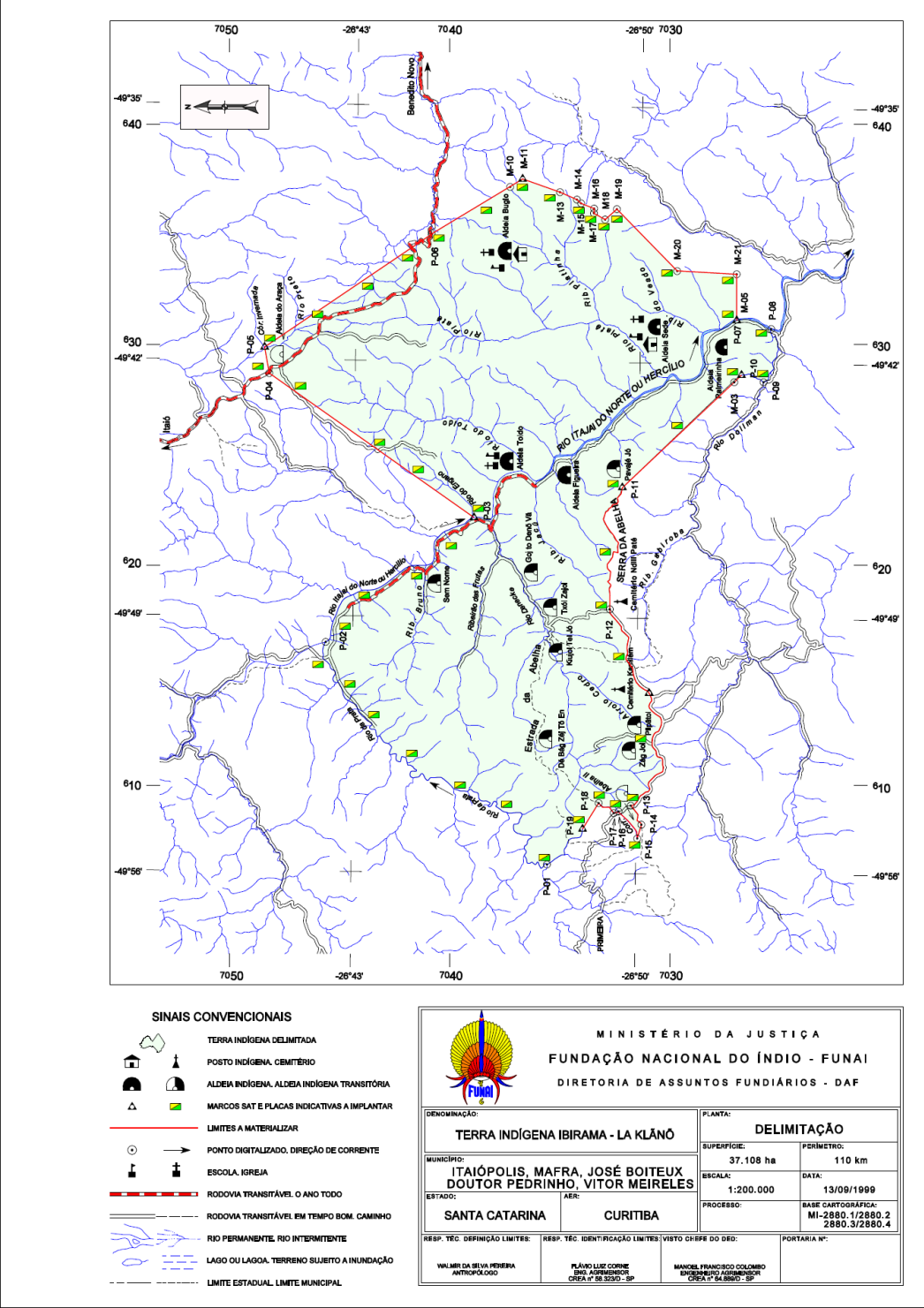
Figura 3: Vista da TI Xokleng Laklãnõ a partir do *Google Earth*



Fonte: Disponível em: Google Earth. Acesso em 2012.

O mapa a seguir (figura 4) é o resultado do processo de identificação produzido pelo Grupo Técnico criado pela Funai em 1998 para proceder a identificação e delimitação da nossa TI.

Figura 4: Mapa da TI Ibirama Laklãnõ.



Fonte: Funai, 1999.

Segundo Cátia Weber (2007 p.29, 30), o contexto histórico e político das décadas de 1960 e 1970 afetaram diretamente os povos indígenas no Brasil e, neste caso, os

Xokleng/Laklãnõ. Iniciou-se o período dos grandes projetos de desenvolvimento, com novas diretrizes político-econômicas para o crescimento do país. Entre estes projetos, estão as hidrelétricas nacionais e binacionais e as barragens de contenção de cheias como a Barragem Norte, iniciada em 1976 e finalizada em 1980, no Rio Hercílio, próxima à TI Ibirama. Empreendimentos como estes, segundo as literaturas antropológica e sociológica, trouxeram impactos sociais muitas vezes catastróficos para a população indígena. Uma larga produção científica (como laudos antropológicos) analisou o impacto destes projetos até o momento e atesta que muitas das populações afetadas direta ou indiretamente não foram indenizadas corretamente.

Segundo essa pesquisadora, a chegada de trabalhadores de diferentes regiões do País modificou o fluxo populacional na região. A convivência com o não índio resultou, novamente, em casamentos interétnicos e na entrada, mais uma vez, de não-índios na TI.

As redes de relações interétnicas estabelecidas com a chegada do empreendimento acentuaram uma divisão interna na população da TI Ibirama. A construção da barragem e o canteiro de obras trouxeram um número significativo de operários e a organização de uma infra-estrutura básica para sua permanência na localidade de Barra Dollmann, na divisa com a TI Ibirama. (WEBER, 2007, p. 30).

Juliana de Paula Batista (2010, p. 39, 40) também afirma que

após a “vamos dizer” a “pacificação”, não havia nenhuma diretriz a ser seguida, os indígenas viram-se em contingências diferentes, já que não tinha noção de propriedade privada, tradição de agricultura, ou domesticação de animais. No posto indígena, tentavam ensinar-lhes estes manejos utilizados pelos não-índios, mas, eles tornavam-se cada vez mais dependentes do mundo “civilizado”. A política de confinamento, em um território reduzido, não dava conta de oferecer as condições adaptativas tradicionais, que se baseavam em uma vida nômade e na busca de caça para a alimentação e este foi um dos maiores impactos sofridos pelos Xokleng.

Como Santos (1973, p. 178) relata: É evidente que essas mudanças ocorriam em todos os aspectos da cultura tradicional. Verdadeiramente, o conjunto de crenças, valores e tecnologia dos Xokleng entrara em colapso final. Antes da Pacificação, o estado de guerra permanente em que viviam esses indígenas havia provocado sérias mudanças na cultura tradicional.

1.2 A formação das Aldeias

A Terra indígena é composta por oito aldeias sendo elas: Sede, Bugio, Toldo, Pavão, Coqueiro, Figueira, Palmeira e Barragem.

A aldeia Bugio foi a primeira aldeia criada. Ela foi fundada em 02 de novembro de 1979. Seguindo informações de seu Edu Priprá, a construção da Barragem Norte provocou cheias inesperadas para o povo Xokleng. A liderança se reuniu em 1978 e decidiu que deveriam deixar as margens do rio. Foram buscar outros espaços para a criação de aldeias, identificaram quatro lugares, mas o escolhido foi o Bugio devido a proximidade com a estrada na qual transitam ônibus. A Aldeia Toldo já era ocupada pelos Guarani e em seguida a Família de seu Lino se mudou pra lá. A aldeia Sede foi criada posteriormente, onde se estabeleceu o Posto Indígena da Funai (figura 05). Aldeia Figueira, terceira fundada, ficou muito extensa. As lideranças reuniram-se e dividiram dividi-la em duas partes criando assim a aldeia Coqueiro. A aldeia Pavão fundada em 1993, foi desmembrada da aldeia Sede. A aldeia Palmeirinha foi fundada em 1996 e, por último, a aldeia Barragem, fundada no ano 2010.

Figura 5: Vista da barra do rio Platê. Aos fundos a aldeia Sede, onde localizava-se o antigo Posto Indígena.



Fonte: Arquivo Cledes Markus, com data não revelada.

Como podemos perceber, a criação das oito aldeias é recente. Desde 1914 até o início da década de 1980, morávamos em uma única aldeia. A construção da BN foi o fator gerador

do abandono da aldeia primeira, nas margens do rio Platê e da criação das várias aldeias visto que o governo, sem consultar a comunidade, veio se apoderar e construir uma barragem, para conter as enchentes do Rio Itajaí no Alto Vale do Itajaí. Apesar da violência imposta pelo BN, a criação das aldeias foi uma divisão pacífica, pois perceberam a necessidade para se refugiar e sobreviver.

Veremos a seguir o histórico de três aldeias, objeto de nosso estudo.

1.2.1 Aldeia Figueira

A aldeia Figueira é a terceira comunidade a ser criada oficialmente no ano de 1993, depois das aglomerações das famílias e do povo, sendo o primeiro cacique o senhor Antônio Caxias Popó por três anos consecutivos. Após o término do mandato, conforme o regulamento daquela época, houve novas eleições e dali em diante a aldeia teve vários caciques.

Atualmente a aldeia Figueira é constituída por líderes indígenas, políticos e religiosos evangélicos. O cacique atual é senhor Antônio Caxias Popó.

A aldeia conta com um total de 123 famílias, sendo que parte das famílias trabalham fora da aldeia, alguns são funcionários públicos, professores, agentes indígenas da saúde, motoristas, aposentados, pensionistas, recebem bolsa família e trabalham por conta própria. O dia-a-dia dos jovens é se divertir às vezes no rio e riachos, quando calor. Alguns jogam futebol fora da aldeia disputando campeonatos municipais, outros vão à igreja. A minoria destas pessoas trabalha em agricultura, embora a terra de modo geral não é útil para plantações.

Segundo laudo dos engenheiros civis esta aldeia está em risco, pois estão ocorrendo muitos deslizamentos de terra, diversas casas estão condenadas. Já ocorreram diversos deslizamentos prejudicando famílias e destruindo estradas. Por conta disso as famílias às vezes tem que sair da aldeia para trabalhar em empresas privadas e terceirizadas e procurar um lugar seguro.

1.2.2 Aldeia Coqueiro

A aldeia Coqueiro foi formada no dia 2 de setembro de 2002, após várias reuniões com pessoas políticas indígenas da aldeia Figueira. A aldeia Figueira tinha grande extensão e como na administração e o atendimento na saúde, educação e outros, o cacique não conseguia atender as famílias desta região. Por este motivo os políticos internos entraram com um pedido, conforme um dos artigos do regulamento criado no ano 2000, que foi aprovado pelo juiz interno e o cacique daquela época da aldeia Figueira (senhor Antônio Caxias Popó). O pedido era já no mês de julho para formação da referida aldeia e houve a primeira eleição após as assinaturas do povo sendo que o primeiro cacique a ser eleito foi Setembrino Camlêm. Segundo o regulamento interno da Terra Indígena Laklãñõ as eleições ocorrem de quatro em quatro anos. Atualmente o cacique é senhor Tucn Gakran.

No ano de sua fundação a aldeia contava com 49 famílias num total de 132 pessoas. Atualmente moram na aldeia 115 famílias e aproximadamente 420 pessoas. Dessas pessoas moradoras da aldeia 75% são mestiços e não falam a língua indígena, somente o português; 10% são não indígenas e os outros 15% são indígenas, mas a maioria desses só os pais falam na língua indígena e os filhos respondem em português.

1.2.3 Aldeia Toldo

A aldeia Toldo foi uma escolha do senhor Lino Nunc-Fonro em 1982, que após uma grande enchente que alagou a aldeia e as casas dos moradores. Como seu Lino tinha uma família grande ele escolheu este lugar para construir sua casa e as de seus filhos. Assim, bem antes de se tornar oficialmente aldeia, este local já tinha sido escolhido como local de trabalho. Então por causa da enchente a mudança para aquela região foi efetivada. No local já havia famílias Guaraní que passaram a ocupar ainda na década de 1960. Atualmente Itaro Anibas José é cacique desta aldeia.

1.3 Como vivem as famílias destas comunidades

A organização social do povo Xokleng Laklãnõ passou por várias mudanças devido à colonização. Antes do contato (1914), este povo vivia da caça e da coleta de frutos, a agricultura era pouco praticada. Caçavam diferentes tipos de animais e coletavam mel, frutos e raízes. Sua dinâmica social era dividida em duas estações, verão e inverno. Alguns traços da organização social antes do contato sistemático com os brancos são destacados também por Wur (1998), como as atividades relacionadas às duas estações do ano citado acima.

A organização social das aldeias é formada por cacique, lideranças, organizações filantrópicas, políticas e religiosas. Por serem comunidades diversificadas praticam várias atividades no campo econômico, como exemplo, na divisa da aldeia Coqueiro com o município de Vitor Meireles cultivam tabaco, há reflorestamento de árvores exóticas e outras plantações para próprio consumo e árvores frutíferas. Ainda na aldeia existem funcionários que trabalham em empresas privadas e terceirizadas, funcionários públicos, professor, aposentados, pensionistas, famílias que recebem bolsa família, agentes de saúde indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), outros trabalham temporariamente ou por dia e outros por conta própria. Há dezenas de pessoas que trabalham em empresas, como o frigorífico Pamplona, em Presidente Getúlio (SC).

Segundo Adão Almeida, existem inúmeras famílias que vivem fora da TI, alguns inclusive sequer conhecem a comunidade. Para ele se existem 2.000 pessoas na TI existe outro tanto morando fora, nas cidades da região.

A comunidade conta ainda com uma organização coletiva de grupos familiares que estão realizando hortas e viveiros de mudas nativas e frutíferas com apoio e ajuda do projeto da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que está sendo desenvolvido com os grupos na aldeia Coqueiro e Figueira.

Dentre as pessoas da aldeia Coqueiro, segundo as minhas pesquisas, 80% são evangélicos, que praticam e seguem a regra de sua igreja ou denominação. Os cultos ecumênicos são realizados de três a quatro dias por semana, conforme a organização evangélica de sua denominação. A língua materna é pouco praticada pelas pessoas e crianças da aldeia. Somente alguns pais falam a língua materna com seus filhos.

Como as aldeias são diferentes, cada uma tem sua organização própria. Na aldeia Toldo se pratica mais agricultura e plantações de árvores frutíferas, como laranjas, pêssegos, figo e outros. Como não tem muitos jovens as pessoas divertem-se indo à igreja e às vezes

fazem passeios na cidade. Esta aldeia conta ainda com três famílias guarani que praticam a agricultura conforme seus costumes e falam e preservam sua língua materna. As outras famílias Xokleng trabalham mais com associação própria criada pela comunidade e lideranças. Já na aldeia Figueira o terreno não é útil para cultivo, visto que há muitos declives, “pirambeiras”, por isso poucas são as famílias que praticam pequenas plantações para seu próprio consumo. Conforme o relato anterior os momentos sociais das famílias se dá em torno da igreja, encontros familiares, em datas comemorativas e passear pela cidade mais próxima. A família maior que mora nesta localidade é a de seu Antônio Caxias Popó, a qual tenho a honra de citar seu nome pelas informações, e nos incentivou para que registrássemos nossas histórias e que os mais velhos contam atualmente relembrando o passado dos momentos sociais do povo Laklãnõ.

CAPÍTULO 2. A BARRAGEM NORTE

2.1 A construção da Barragem Norte no Alto Vale do Itajaí

A construção da Barragem Norte que conheço como “represa”, começou no ano de 1972 através do extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), com a intenção de evitar as cheias em épocas de chuva em cidades do médio e baixo Itajaí, principalmente Blumenau e Itajaí. Sua conclusão foi em 1992, foi construída no limite sul da TI, mas praticamente 80% do lago é formado no interior da Terra Indígena, o que significou a perda de cerca de 1000 (um mil) hectares da área de produção agrícola.

Nossa comunidade cultivava as terras de várzea, com ajuda de materiais e equipamentos agrícolas plantava para seu consumo feijão, milho, arroz, batata, mandioca etc e do próprio rio pescava peixes de todas as espécies. O pescado tinha se tornado o esteio principal da economia indígena.

Trata-se de uma barragem construída exclusivamente para contenção de cheias, portanto o nível da água oscila conforme as chuvas. Na bacia de acumulação é impossível praticar qualquer atividade porque não há um período regular de chuvas, como ocorre na região norte do Brasil. As cheias podem ocorrer em qualquer tempo. Ela é parte de um complexo de barragens e obras de contenção de cheias. Outras duas barragens compõe esse conjunto, a de Ituporanga e a de Rio dos Cedros, porém a BN é a maior das três e representa o dobro da capacidade de acumulação somada as outras duas juntas.

A Barragem Norte foi a terceira grande intervenção desestruturante da economia e da sobrevivência Xokleng Laklãnõ. A primeira foi o confinamento na reserva e a segunda foi a mudança nas práticas de subsistência. A BN provocou inicialmente a exploração de madeiras e palmito Jussara e levou a quase destruição de toda mata no interior da TI.

Hoje parte do povo Xokleng sofre e lamenta a construção da barragem. Na época da sua construção nenhum indígena foi consultado e não foram realizados estudos antropológicos e ambientais. Também não foram previstas medidas de indenização ou qualquer projeto de reestruturação da economia indígena, ao contrário, com a BN intensificou-se o desmatamento de espécies nativas nas encostas e na beira do rio Hercílio como cedro, peroba, ipê, canela e sassafrás. A justificativa era de que as águas da barragem cobririam todo o solo e melhor seria aproveitar a madeira.

Figura 6: Vista parcial do barramento da Barragem Norte



Fonte: Cimi Sul, Agosto 2014.

2.2 Mudanças ambientais da Terra indígena Laklãnõ.

O senhor Vêi-TcháTéiê³ fala da primeira enchente no ano de 1983 e pelo que vemos não é exagero afirmar o que ele relata.

Até o final da década de 1970 os índios viviam unidos em uma única aldeia só, com uma só liderança. Nós tinha bastante animais domésticos, porco, galinha, tínhamos bastante pomares de árvores frutíferas, todos tinham suas casas. De lá saíamos para caçar e pescar, até que veio o homem branco para fazer uma barragem, aí piorou. Nós nos dividimos por causa disso, o rio encheu quando choveu, perdemos tudo, além da nossa terra, agora só nos resta a lembrança do que era bom quando nós estávamos juntos unidos.

Já o senhor Aniel Priprá⁴ relata em sua fala que na primeira enchente ficaram isolados por aproximadamente trinta dias sem ter saída:

Tivemos que se dividir e até hoje esta divisão existe entre nós, pois o que causou foi a consequência da barragem, por isso que vivemos hoje em oito aldeias. Não queria que isso acontecesse, mas o que nos resta agora é buscar ajuda aos governos e juntos lutar por esta causa, temos que lutar pelo nosso

³ Vêi-TcháTéiê, 82 anos, entrevista concedida ao autor em 2014. Aldeia Coqueiros.

⁴ Aniel Priprá, 62 anos, entrevista concedida ao autor em 2014. Aldeia Coqueiros.

direito. O governo federal ajudou mais não foi o suficiente, pois nossa geração vem crescendo e temos que lutar por eles.

Com o desmatamento das áreas que alagam a Terra Indígena, aconteceu a diminuição significativa da população de animais nativos, como o bugio, a anta, a capivara e o veado. Em época de cheias, a Barragem Norte causa inundação de estradas de acesso à Terra Indígena Laklãnõ, o que, além de prejudicar a locomoção dos indígenas, também acelera o processo de erosão e desbarrancamento das encostas. As águas, muito profundas e barrentas, ocasionam o desaparecimento do cascudo e da carpa e de mais espécies e peixe.

Como o povo sofre com as enchentes, muitos querem se deslocar e morar na aldeia Barragem, pois suas aldeias ficam isoladas por pelo menos de 15 a 30 dias anuais sem nenhuma saída, sem atendimento tanto na saúde, educação e da própria Funai. As figuras 07 e 08 são ilustrativas da dificuldade de acesso no período de chuvas.

Figura 7: Deslizamento de terra em consequência da chuva e acumulo de água na bacia da Barragem Norte.



Fonte: Foto de Neuton C.V. Ndili, 2014.

Figura 08: Carro de atendimento à saúde sem conseguir acessar a aldeia Toldo devido a água represada.



Fonte: Acervo comunidade Laklanõ, 2013

Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) embora a barragem tenha sido edificada fora dos limites da área, a quase totalidade dos 856 ha de sua bacia de acumulação coincide com as Terras Indígenas, sendo que a cota de inundação subiu em aproximadamente 60 metros. Após sofrerem graves consequências causadas pelas primeiras inundações da barragem, a população indígena foi obrigada a abandonar as planícies do Rio Hercílio e migrar para o terço médio das encostas, onde ocorrem terrenos suscetíveis a movimentos de massa. Com o objetivo de identificar e caracterizar os processos de movimento de massa e inundação que oferecem risco à população, a CPRM realizou uma vistoria técnica durante o mês de abril de 2012.

A comunidade não é mais a mesma. Nossos velhos são unânimes ao afirmar que a BN foi a grande responsável pela mudança radical de vida de nosso povo. Ela alagou as terras férteis, hoje quase não temos terra de plantio, inclusive nossos jovens praticamente não sabem cultivar a terra porque não há espaço para cultivo.

A criação das aldeias desarticulou a nossa organização social e é como se não fôssemos mais um único povo.

Percebemos que há um sentimento de desânimo e desalento total nas nossas pessoas. Seu Vêi-Tchá Téiê chora toda vez que lembra de como era e como está hoje a vida. Já não quer mais viver nesse local.

2.3 Consequência das cheias na comunidade Laklãnõ

A comunidade indígena Xokleng Laklãnõ, é mais prejudicada com todo esse processo e é a única que ainda não receberam as indenizações pelos prejuízos sofridos. Por outro lado, é a comunidade indígena que nesses mais 30 anos de história da barragem vem lutando incansavelmente para garantir seus direitos a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos com a construção da Barragem Norte. Identificamos os principais problemas: desmatamento de árvores nativas, matas ciliares e frutíferas, perda de patrimônios culturais, desaparecimento de animais e peixes, infertilidade da terra para plantação, moradia em encostas e morro, difícil acesso em épocas de cheias e falta de assistência saúde e educação e outros.

2.4 Aldeias em risco de desaparecer do mapa

Continuando segundo Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais em seu relatório da avaliação de caracterização geológica/geotécnica nas aldeias mais atingidas e em risco de inundação por motivos de casas construídas em encostas relata:

Os terrenos no interior do vale do Rio Hercílio são formados por arenitos, siltitos e folhelhos carbonosos da Formação Rio Bonito (P1rb). As encostas deste vale, quando na presença das fácies de arenitos, formam relevos escarpados ou relevos com declividade muito alta. Este conjunto de escarpas e de relevo montanhoso é encoberto por extensas rampas de colúvio e depósitos de tálus. Já os siltitos e folhelhos formam relevos com declividade média e alteram-se formando empastilhamentos, que posteriormente originam solos síltico-argilosos com forte suscetibilidade a movimentos de massa. Em contato com a base dos colúvios e depósitos de tálus ocorre a planície aluvionar formada pelo ambiente fluvial do Rio Hercílio. Em geral, o relevo montanhoso da área indígena possui cotas topográficas que variam de aproximadamente 300 a 900 metros acima do nível do mar, e, subtraindo-se as planícies aluvionares, apresenta grande escassez de áreas planas. Desta forma, com o incremento da cota de inundação, as aldeias que originalmente ocupavam os patamares adjacentes às planícies aluvionares, passaram a ocupar os locais de declividade média, como as rampas de colúvio e os depósitos de tálus que se localizam acima da nova cota de inundação. Estas coberturas superficiais se apresentam como espessos pacotes areno-argilosos, por vezes contendo grande volume de blocos e matacões formados por rocha arenítica”. (HOELZEL, 2014)

Figura 09: Os deslizamentos de terra aumentaram consideravelmente devido à sazonalidade do lago.



Fonte: Acervo comunidade Laklanõ, 2013

A figura 09 é emblemática ao demonstrar a erosão nas encostas. A figura 10 demonstra as moradias com risco de desabar. A Defesa Civil já interditou diversas moradias mas, sem ter para onde ir as pessoas continuam a ocupa-las.

Figura 10: Terreno cedendo por conta da instabilidade do solo. Casa do Sr. Antonio Caxias Popó.



Fonte: Clovis Brighenti, 2015.

Figura 11: Rachadura na casa provocada pela instabilidade do solo



Fonte: CPRM, 2014.

Uma nova bateria de reuniões será realizada, com promessas e que tais. Muitas casas na aldeia ainda estão submersas. Há famílias ilhadas. As estradas seguem sendo um terror. As medidas paliativas serão tomadas. Como sempre. Mas, há coisas a tratar para além do emergencial. A Barragem Norte mostrou suas falhas, tal qual foi denunciado durante sua construção, denúncia que ficou no vazio porque era feita por índios. Quem vai arcar com isso? Serão necessárias novas chuvas e novas tragédias? Será preciso que alguém morra? E o protocolo firmado em 1992 será ou não respeitado? Até quando o governo federal vai adiar o seu compromisso com os Xokleng?

Na pequena cidade de José Boiteux, onde estão as aldeias, a vida seguirá. Os indígenas, na sabedoria milenar do silêncio, se recolherão para lamber as feridas. Mas, não se enganem. Enquanto viva, essa gente guerreira vai lutar por seus direitos.

Na Terra Indígena Laklãnõ em Santa Catarina no modo em geral, as Políticas Públicas voltadas para as demarcações de terra indígenas tem sido um fenômeno político sociocultural que precisa ser analisado à luz da Constituição.

Em sequência o ambiente que habitamos não dispõe de coleta de lixo na comunidade, e por conta disso todos os tipos de lixos são jogados a céu aberto na beira de estradas. Isso é muito preocupante.

As Terras Indígenas são bens da União, não é possível apropriação individual, de acordo com o conceito legal de propriedade privada, já que as mesmas, pertencem à União. Nesse sentido, Souza Filho (1999, p. 123) afirma que:

Todos esses fatores levaram ao indígena dessa região a mudar sua concepção em relação ao trabalho, e que se vê, na atualidade, é em grande medida, o **esfacelamento** do trabalhador índio numa rotina alienante de trabalho assalariado, que altera completamente a estrutura cultural dos Xokleng, em intensa batalha pela pró vitalização de sua cultura.

Deve-se considerar a convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais que afirma em seu artigo quarto, parágrafo primeiro *“deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.”* Em seu artigo sétimo, parágrafo quarto que *“os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.”*

A figura 12 apresenta um cenário desolador. Mesmo com as águas baixas o que resta não é rio, nem lago, mas lamaçal.

Figura 12: Após a baixa das águas resta à comunidade um lago lamacento e podre



Fonte: Acervo comunidade Laklanõ, 2011

Figura 13: Antiga casa do chefe de Posto Eduardo. Hoje sujeita as inundações



Fonte: Clovis Brighenti, 2015

Na figura 13 estão representadas as ruínas da antiga casa do chefe de posto. Apesar das atrocidades cometidas pelo velho Eduardo esse é um lugar de memória de nossa comunidade que não poderia receber esse tipo de tratamento.

CAPÍTULO 3. LUTA POR DIREITOS

3.1 Greves

A comunidade Xokleng se apropriou do termo “greve” para designar as manifestações sociais nas lutas por direitos. Esse processo se iniciou com o movimento dos Xokleng Laklãnõ na localidade da Barragem, chamada de Barra do Rio Dolmann. A partir das greves na BN diversas outras greves foram realizadas por melhorias de estradas, educação e por terra. No momento que escrevemos esse TCC, dezenas de famílias seguem acampadas na BN, conforme fica demonstrado nas figuras 14, 15 e 17.

O que recebemos de concreto até o momento, foram algumas casas de alvenaria.

No caso específico da BN a primeira greve aconteceu no início dos anos 1980, logo após a primeira enchente que afetou a comunidade. A comunidade ocupou o canteiro de obras e controlou por diversos meses as máquinas.

Segundo a cronologia elaborada pelo Cimi Sul:

1980 - Em outubro o povo Xokleng inicia o movimento de cobrar seus direitos de indenização pela perda das terras com a construção da Barragem Norte.

1981 - Em maio a comunidade indígena “prende” funcionários da Funai exigindo indenização pela perda de suas terras. (CIMI SUL, 2014).

Dessa greve resultou a assinatura do Protocolo de Intenções, que previa algumas medidas de reparação, como a construção das casas, estradas, pontes, luz elétrica e ponte pênsil.

1981 - Em 17 de julho o Governo Federal assume através do Convênio 029/81 entre DNOS e FUNAI a dívida e a responsabilidade em pagar as indenizações dos danos causados pela Barragem Norte à comunidade indígena. Este Convênio nunca foi executado. (CIMI SUL, 2014).

Nada foi efetivado. Em 1990 houve uma nova greve, que durou aproximadamente dois anos:

1990 - abril a comunidade indígena interdita estradas e prende os caminhões que fazem a retirada do material do Canteiro de Obras, como forma de pressionar a realização das obras do Protocolo de Intenções.

Em junho a comunidade ocupa o canteiro de Obras da Barragem Norte, reivindicando o cumprimento das indenizações a que tem direito. Permaneceram no local até fevereiro de 1992.

1997-1998 - De 1997 até julho de 1998 a comunidade indígena acampa no pátio da Barragem Norte e toma o controle da casa das máquinas como forma de exigir as indenizações.

2001 - Em Novembro a comunidade indígena toma o controle da casa das máquinas da Barragem Norte pressionando o cumprimento total das indenizações previstas e divulga documento elencando as principais reivindicações.

2005 - Em março os Xokleng retomam a Barragem Norte e fazem uma carta de protesto encaminhada: Ao Ministério Público em Blumenau; ao Presidente da FUNAI, aos Prefeitos do Alto Vale Do Itajaí, Imprensa Local, Demais Autoridades e a População em Geral, onde expressam o descontentamento que sentem com o descaso, desrespeito e discriminação que vêm sofrendo por parte de autoridades, políticos e muitos outros da sociedade que nos cercam e reivindicam: O cumprimento do protocolo de intenção, um acordo entre o governo federal e a comunidade indígena em 1992; A construção de uma ponte que ligue as casas da reserva ao outro lado do rio; A construção de casas para os indígenas que vivem no entorno da barragem; A ligação da energia elétrica nestes pontos; O pagamento de indenização pelas terras inundadas Em 21 de dezembro de 2001, o secretário de Justiça e Cidadania Paulo Cezar Ramos de Oliveira envia o ofício n. 1897/SJC ao Ministro Ney Suassuna onde encaminhando uma estimativa de custos das principais pendência do convênio celebrado em 1998.

2014 - Em junho os indígenas sofrem com mais uma enchente, e decidem acampar na Barragem Norte. A cacique-presidente Cíntia diz que sete das oito aldeias Xokleng na região foram alagadas, sendo que duas ficaram completamente submersas. Na tarde desta terça-feira, os Bombeiros de Ibirama auxiliavam a cacique no envio de suprimentos para as famílias isoladas.(CIMI SUL, 2014).

Figura 14: Acampamento sendo erguido na Barragem Norte



Fonte: Acervo Cimi Sul, agosto 2014.

Figura 15: Acampamento na Barragem Norte



Fonte: Acervo Cimi Sul, agosto 2014

Além das greves a comunidade se mobiliza através de documentos e de construção de alianças.

1995 - abril a comunidade indígena divulga carta de esclarecimento e denuncia a situação de sofrimento e injustiça que tem enfrentado desde a construção da Barragem Norte.

1997 - Maio com a intenção de ser ouvida e atendida em seus direitos de indenização, outra carta de esclarecimento e denuncia é divulgada pela comunidade.

2001 - Em 10 de novembro os indígenas escrevem ao então Ministro da Integração Nacional Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, denunciando o “não cumprimento do Protocolo 0990/93, que contemplava em suas cláusulas vários projetos indenizatórios desta comunidade. (CIMI SUL, 2014).

Além das pressões locais, também ocorreram acampamentos e “greves” na capital do estado:

1997 - Maio a comunidade indígena acampa em frente ao Palácio do Governo do Estado para trazer à opinião pública esclarecimentos sobre a questão da Barragem Norte de contenção de cheias.

2001/2002 – De novembro a fevereiro uma delegação indígena permanece em Brasília e consegue a liberação de R\$1,5 milhões para construir parte das casas. Mas o recurso não é suficiente para construir as casas reivindicadas no Protocolo de Intenções. (CIMI SUL, 2014).

Essa é uma pequena amostra de greves realizadas por nossa comunidade. Inúmeras viagens foram realizadas as Brasília e a Florianópolis, bem como inúmeras reuniões foram realizadas na barragem Norte.

As greves ocorrem também por outros direitos, como na luta pela demarcação da terra. Diversas vezes nossa comunidade fechou estradas para cobrar agilidade nos processos, conforme podemos ver na figura a seguir.

Figura 16: Greve pela demarcação da terra



Fonte: Clovis Brighenti, 2014

3.2 Desrespeito do Estado

A comunidade (povo) indígena é responsável pela sua sustentabilidade, alegria e a reciprocidade desde a ancestralidade. Com o aumento da população os mais velhos se preocupam com netos e filhos por isso que vinham assegurando e preservando a sua cultura e o meio em que viviam. Isto vem de geração em geração.

O governo, sem ter um estudo prévio, sem consultar a liderança, construiu a Barragem Norte, isto desrespeitou e influenciou muito na cultura indígena. A BN promoveu a presença

de não índios na aldeia, diversos trabalhadores se casaram com indígenas. Esse processo levou à “miscigenação”, houve muito distanciamento entre cultura indígena e a não indígena, separações de grupos dentro da própria Terra Indígena.

Hoje, com dificuldades, temos por experiência as leis internas através da nossa cultura, buscando melhorar a vida dos habitantes na aldeia. Politicamente buscamos reivindicar temas de nossos interesses pois como a maioria da população estamos lutando para conquistar não apenas os itens que constam nos documentos já firmados como o protocolo de intenções entre SDR e Funai em 29 de janeiro de 1992, que previa a construção de 188 casas de alvenaria, 10 casas de madeira, escolas, posto de saúde, igrejas, estradas, rede elétrica, rede de água ponte pênsil, programa emergencial, programa Ibirama, dentre outras coisas, Mas o governo desrespeitou sua promessa e temos que lutar para termos resultados que os governantes nos prometeram e não cumpriram.

O professor Silvio Coelho dos Santos dizia sempre que esse é um exemplo daquilo que jamais poderia ter ocorrido.

A BN foi concebida no período do governo militar. Portanto essa é uma primeira responsabilidade do Estado militar. A BN foi denunciada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) como uma violação de direitos:

Em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) iniciou a construção de uma barragem para contenção de cheias em março de 1976. A barragem, cuja construção foi autorizada pela Funai sem qualquer estudo de impacto ambiental e sem consulta às comunidades indígenas, ficava a menos de 500 metros a jusante do limite da TI Ibirama Laklãnô do povo Xokleng. Por conta das obras, na primeira grande enchente, em 1983, esta aldeia Xokleng foi totalmente destruída e a comunidade foi forçada a dividir-se em pequenas aldeias. Pelo menos 900 hectares da TI ficaram “à disposição” do lago. A comunidade Xokleng nunca foi indenizada e as consequências persistem até os dias atuais. Quando o lago enche, de três a quatro vezes ao ano, as escolas ficam sem aula, o atendimento médico é suspenso e aldeias ficam isoladas. Desde 1991, foram ao menos cinco ocupações no canteiro de obras e nas comportas para exigir indenizações e reparações. Atualmente, duas aldeias estão condenadas por conta da oscilação do terreno influenciado pelas águas (CNV, 2014, cap.V).

O Estado brasileiro nunca considerou a comunidade afetada. Vêi-Tchá Téiê afirma que a liderança da comunidade sequer tomou conhecimento do projeto. A informação chegou até a liderança quando a obra estava em construção. A Funai foi quem autorizou a construção. Eles consideravam como de sua propriedade a terra, porque tratava-se de terra da União. Porém, a obra não poderia ter sido construída, porque mesmo sendo terra da União ela era de usufruto exclusivo da comunidade.

Para além do direito, a obra não poderia ter sido construída porque destruiu a vida de um povo. A BN é o maior crime contra a humanidade que ocorreu no sul do Brasil.

Apenas medidas paliativas foram realizadas, mas nada de efetivo, de mitigação dos impactos foi concretizado. Sequer as medidas acordadas no Protocolo de Intenções foi realizado. Importante salientar que em 1981 foi reconhecido, minimamente que a obra afetou a comunidade indígena: “Em 17 de julho o Governo Federal assume através do Convênio 029/81 entre DNOS e FUNAI a dívida e a responsabilidade em pagar as indenizações dos danos causados pela Barragem Norte à comunidade indígena. Este Convênio nunca foi executado.”(CIMI SUL, 2014).

3.3 Comunidade como protagonista

Nesse processo de luta por direitos a nossa comunidade demonstrou grande capacidade de mobilização. Essa mobilização autônoma definimos como protagonismo. Isso quer dizer que independente da Funai ou de qualquer órgão, nossa comunidade tem capacidade de lutar pelos direitos.

Nossa comunidade continua, de maneira intensa, buscando junto às autoridades competentes parlamentares e sociedade em geral, o apoio necessário para que tudo isto não continue mais acontecendo, ou seja, uma prévia resolução necessária junto à comunidade para que todos reconheçam a justiça do pleito e todas as indenizações devidas sejam definitivamente sem mais protelações. Já são mais de trinta anos de sofrimento e lutas, com perdas de casas, de terras, vidas, patrimônios, matas, com a perda da harmonia interna do grupo e do desrespeito externo.

Nós que fazemos parte deste povo sentimo-nos profundamente feridos na dignidade como seres humanos e cidadãos, sentimo-nos ofendidos e ludibriados por todos. Tudo isto traz grande revolta e é causa das inúmeras e às vezes violentas reações do grupo contra esta sociedade que nos confinou numa reserva e que nos discrimina explora e violenta.

Figura 17: Greve. Acampados nas margens do lago.



Fonte: Clovis Brighenti, 2015

As diversas greves na BN, os documentos, as negociações, as viagens a Brasília e a Florianópolis, demonstram o quanto nossa comunidade tem capacidade de reagir, se unir e se organizar.

Mesmo divididos em oito aldeias, quando se trata de lutar pelos direitos, todos os caciques se unem em torno desse direito. E foi graças às mobilizações que conseguimos avançar um pouco, se não tivesse ocorrido as greves nada teria sido conquistado, porque para o Estado nós não existimos, ou querem que não existimos.

Figura 18: Vista da enchente fevereiro de 2013, da aldeia Palmeirinha a aldeia Figueira



Foto: Neuton Calebe, 2014

Imagens como a figura 18, da enchente de 2013 creio que temos muito que presenciar ainda. Porque não há no curto prazo iniciativas para solucionar o caso.

Considerações finais

Consideramos que este trabalho de pesquisa, mesmo realizado em um curto período, foi de grande valia. Além das diferenças particulares das aldeias pesquisadas procurei pronunciar neste algumas das particularidades que cada uma destas comunidades definiu como estratégia para defender nosso território. Optamos pelo distanciamento, por nos manter ligados aos nossos costumes tradicionais, por manter nossa língua em nosso território. Nesse processo de conquista das terras, nós os Laklãnõ Xokleng conquistamos outros direitos, por exemplo, o nome da terra indígena deixou de ser Posto Indígena Duque de Caxias. Partindo de uma consciência de luta optamos por assumir o próprio nome Laklãnõ não abandonando totalmente os nomes anteriores mas estamos pesquisando e analisando sua existência. Conforme relatamos anteriormente que o período foi curto para a pesquisa aprofundada, valeu a pena esse esforço, pois aqui sabemos que estaremos ajudando a construir a história do nosso povo.

Este povo que passou por vários momentos de transformação, mas aprendeu a valorizar seus costumes tradicionais, hoje o grupo vivencia um momento histórico particular de reestruturação e perpetuação da cultura, a partir dessa nova forma de conhecimento, o ensino escolar indígena.

O nosso povo ao longo do tempo foi, vem e terá grande enfrentamento com culturas diferentes, vemos então que se nós não nos prepararmos perderemos lentamente a nossa cultura (identidade). Esta pesquisa para a qual dedicamos um pouco do nosso tempo, só veio abrir novos caminhos para continuarmos pesquisando a nossa história.

Referências

- BATISTA, Juliana de Paula. **Tecendo o direito: a organização política dos Xokleng Laklãnõ e a construção de sistemas jurídicos próprios - uma contribuição para a antropologia jurídica**. 2010. Dissertação. 221 f. PPG Direito na Universidade federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. IN: NOTZOLD, Ana Lúcia et. al. (Org). **Etnohistória, história Indígena e educação: Contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012a.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. IN: NOTZOLD, Ana Lúcia et. al. (Org). **Etnohistória, história Indígena e educação: Contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.
- CIMI SUL. **Cronologia da Barra Norte**. Florianópolis, 2014. (mim)
- CNV. **Violação de direitos humanos no Brasil. Violação de direitos humanos dos povos indígenas**. Cap.5. Brasília: 2014.
- CUZUNG Vaichu. Depoimento a Valmir Pereira. In. PEREIRA, Walmir da Silva. **Laudo Antropológico de Identificação e delimitação da Terra de ocupação tradicional Xokleng**. Porto Alegre: Funai, 1998
- PATTÉ, Alfredo. Depoimento a Valmir Pereira. In PEREIRA, Walmir da Silva. **Laudo Antropológico de Identificação e delimitação da Terra de ocupação tradicional Xokleng**. Porto Alegre: 1998.
- PEREIRA, Walmir da Silva. **Laudo Antropológico de Identificação e delimitação da Terra de ocupação tradicional Xokleng**. Porto Alegre: 1998.
- PRIPRÁ, Edu. **Entrevista concedida ai autor**. Agosto de 2014.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Lunardelli, 1973.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng: Memória Visual**. Florianópolis: Editora da UFSC; [Itajaí]: Editora da UNIVALI, 1997.
- WEBER, Cátia. **Tornar-se professora Xokleng/laklãnõ: escolarização, ensino superior e identidade étnica**. 2007. Dissertação. 185 f. Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Colaboradores

Adão Almeida. **Entrevista concedida ao autor em 2014.** TI Ibirama Laklãnõ.

Aniel Priprá. **Entrevista concedida ao autor em 2014.** Aldeia Coqueiros.

Edu Priprá. **Entrevista concedida ao autor em 2014.** TI Ibirama Laklãnõ.

Vêi-TcháTéiê. **Entrevista concedida ao autor em 2014.** Aldeia Coqueiros.